

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Josieli Steinhorst Drabick

**TRABALHO, LAR E LUTA DAS MULHERES NA AGRICULTURA  
FAMILIAR**

Santa Maria, RS  
2020

**Josieli Steinhorst Drabick**

**TRABALHO, LAR E LUTA DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

Santa Maria, RS  
2020

**Josieli Steinhorst Drabick**

**TRABALHO, LAR E LUTA DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Aprovado em 15 de dezembro de 2020:

---

**Sibele Vasconcelos de Oliveira, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente/ Orientadora)

---

**Ednalva Felix das Neves, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

---

**Rita Ines Paetzhold Pauli, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2020

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, a minha irmã e aos meus avos que, com muito amor e carinho, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

*A caminhada até aqui foi longa e sempre estive acompanhada. Desse modo, agradeço a todos que contribuíram com o meu percurso e, em especial:*

*- a Deus pelo dom da vida, por ter me guiado por um caminho de bênçãos, sabedoria e fé e por me conceder forças para superar todos os obstáculos encontrados durante minha jornada;*

*- aos meus pais Sergio Inácio Drabick e Cleusa Steinhorst Drabick e, de igual modo, a minha irmã Jéssica Steinhorst Drabick, por todo o carinho, motivação e amor incondicional durante esta caminhada. Não tenho nenhuma dúvida de que sem vocês esse trajeto seria bem mais difícil;*

*- ao meu namorado Christian Stanguerlin pelo companheirismo, apoio, incentivo, pela compreensão das fases por quais passei e por sempre acreditar no meu potencial. Muito obrigada por todo amor e paciência;*

*- a minha prima e amiga Camila Steinhorst por todo o suporte e carinho, por todas as conversas e por toda paciência e compreensão;*

*- aos amigos Magdiél Antônio Reghelin e Jeferson Tonin pelo incentivo que me concederam para minha entrada na Universidade, bem como por todas suas orientações no decorrer desta jornada;*

*- as minhas amigas Anna Carolina Marchese dos Santos e Joanna Monteiro Teixeira com as quais eu pude dividir, além de apartamento, momentos de descontração, tensão, angústia e ansiedade. Esses agradecimentos se estendem também ao Bruno Fernandes de Oliveira;*

*- aos meus amigos, colegas e companheiros, Leonardo Oliveira Pilecco, Hanna Victoria Kinder de Almeida, Isadora dos Santos Bueno, Bruno Cabral, Franciele Jacobs Brugnera, Leiana Coelho da Cunha, Elisandra da Rosa Perlin, Luana Severo, por todas conversas, motivações e atividades desenvolvidas em conjunto, mas principalmente pela amizade construída;*

*- a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>, Sibeles Vasconcelos de Oliveira por todas as conversas, orientações, empenho e confiança depositada em mim durante a elaboração deste trabalho e em toda minha formação acadêmica;*

*- às mulheres agricultoras integrantes da Feira Ana Primavesi, que participaram desta pesquisa, compartilhando as suas histórias comigo. Sem as suas contribuições, a realização deste trabalho não seria possível, por isso agradeço à Marcia, Fernanda, Raquel, Daniele, Carmen e Tais;*

*- à Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de construir minha formação acadêmica e pessoal, assim como a todo corpo docente do Curso de Graduação em Ciências Econômicas que tornou possível minha iniciação científica e meu desenvolvimento, questões que foram essenciais para a produção deste trabalho;*

*Desejo que o fim deste ciclo represente o início de muitos outros... Por fim, ofereço meus sinceros agradecimentos a todos àqueles que se fizeram presentes na minha jornada.*

Não importa o que aconteça, continue a nadar.

(Graham Walters em *Procurando Nemo*, 2003)

## RESUMO

### TRABALHO, LAR E LUTA DAS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

AUTORA: Josieli Steinhorst Drabick

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

O trabalho, em diferentes dimensões da vida social, é um dos aspectos mais abordados pela Economia Feminista. Debate-se, nesta área, sobre os diferentes papéis desempenhados pelo homem e pela mulher; a discriminação das mulheres no mercado de trabalho; os problemas de gênero; as políticas econômicas e seus impactos distintos sobre gênero. Considerando a relevância desses temas, o presente estudo procura analisar a representatividade do trabalho feminino na agricultura familiar a partir de relatos de seis produtoras vinculadas à Feira Ana Primavesi, da cidade de Santa Maria - RS. Por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, desenvolve-se um estudo de caso das produtoras. Para a coleta de dados, utilizou-se um roteiro semi-estruturado a fim de embasar as entrevistas que ocorreram via ligação telefônica. Além disso, analisou-se dados disponibilizados por feirantes, entidades de pesquisa, entre outros, para contextualizar a importância da agricultura familiar. Em suma, o trabalho das feirantes garante a subsistência de suas famílias e, em suas perspectivas, apesar de haver maior valorização do trabalho masculino, sentem-se reconhecidas. Assim, consideram o trabalho como meio de conquistar espaços e autoconhecimento. Em síntese, conclui-se que o exercício do trabalho feminino no setor agrícola é significativo do ponto de vista social, econômico e político.

**Palavras-chave:** Economia Feminista, Representatividade do trabalho feminino, Feira Orgânica.

## **ABSTRACT**

### **WORK, HOME AND FIGHT OF WOMEN IN FAMILY AGRICULTURE**

**AUTHOR:** Josieli Steinhorst Drabick

**ADVISOR:** Prof. Dr. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

The work in different dimensions of social life, is one of the issues addressed by the Feminist Economics. In this area, there is debate about the different roles played by men and women; discrimination against women in the labor market; the gender issues; economic policies and their distinct impacts on gender. Considering the relevance of these topics, the present study seeks to analyze the representativeness of women's work in family agriculture based on accounts of six producers linked to the Ana Primavesi Fair, from the city of Santa Maria, RS. Through a qualitative descriptive approach, a case study of the producers is developed. For data collection, a semi-structured script was used in order to support the interviews that took place via telephone call. Moreover, data provided by market traders, research institutes, among others was analyzed, to contextualize the importance of family agriculture. In short, the work of the market traders guarantees the livelihood of their families and, in their perspectives, despite the greater appreciation of male work, they feel recognized. Therefore, they consider work as a mean of conquering spaces and self-knowledge. In summary, it is concluded that the exercise of female work in the agricultural sector is significant from a social, economic and political point of view.

**Key words:** Feminist Economics, Representativeness of women's work, Organic fair.



## LISTA DE SIGLAS

CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IAFFE	International Association For Feminist Economics
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OCS	Organização de Controle Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFES	Universidade Federal de Santa Maria

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Logomarca da Feira Ana Primavesi .....	35
Figura 2 – Comercialização de Produtos na Feira Ana Primavesi .....	36
Figura 3 – O trabalho feminino das produtoras integrantes da Feira Ana Primavesi.....	39

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	16
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	17
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	20
2.1	ECONOMIA FEMINISTA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL SOCIAL DAS MULHERES.....	20
2.2	ECONOMIA, MULHERES E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	22
2.3	ESPECIFICIDADES DA ECONOMIA AGRÍCOLA E DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	31
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	33
4.3	AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO CENTRAL DO RS E A FEIRA ANA PRIMAVERESI.....	33
4.4	O TRABALHO FEMININO DESEMPENHADO POR PRODUTORAS DA FEIRA ANA PRIMAVERESI.....	37
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	39
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	46
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO</b> .....	52

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar das mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas, como resultado da globalização, das transformações tecnológicas, das diversidades culturais e econômicas, muitos aspectos que permeiam o trabalho das mulheres permanecem idênticos em relação ao passado. Devido à necessidade de entender as causas e condições desse fenômeno, surgem estudos sobre gênero nos ambientes acadêmicos, motivados a questionar sobre o papel da mulher e o perfil de trabalho feminino, dentre outros temas socialmente importantes.

Esse movimento acontece também na área de Ciências Econômicas, a exemplo da Economia Feminista, cujo fortalecimento acadêmico se deu na década de 1990, com a formação da *International Association For Feminist Economics* (IAFFE) e do periódico *Feminist Economics* (GRECCO, 2018, p. 11). No entanto, as contribuições para o campo iniciaram em meados de 1970, por meio do trabalho de Barbara Bergman (1973). Dentro desse espectro analítico, encontram-se enfoques diferentes, tendo em vista que seus autores seguem diferentes escolas econômicas, a exemplo da neoclássica, institucional, marxista, entre outras. Segundo Kuiper e Sap (1995):

Apesar de que as premissas e os métodos das tradições radical e neoclássica são muito diferentes, as economistas feministas [...] tem mostrado que historicamente estas escolas têm tratado a divisão por sexo do trabalho na família e na sociedade como se estivessem biologicamente determinadas (KUIPER; SAP, 1995, p. 4).

Conforme Carrasco (2005), os estudos referentes à categoria de gênero revelam uma insuficiência teórica nas Ciências Sociais, ao tentar encontrar tratamento adequado sobre a desigualdade social entre mulheres e homens. Mas os avanços que vêm ocorrendo trazem consigo importantes construções de conhecimento, redefinindo os conceitos e as próprias experiências vivenciadas pelas mulheres em seu cotidiano. Nesse sentido, diversos pesquisadores econômicos estudam particularidades acerca do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, às universidades, bem como diferenças socioeconômicas entre mulheres e homens e demais particularidades enfrentadas por elas.

Dentre as críticas mais abordadas no campo da Economia Feminista, pode-se citar: i) a natureza do trabalho doméstico; ii) os diferentes aspectos da participação dos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher; iii) a discriminação das mulheres no mercado de trabalho; iv) os problemas de gênero; v) as políticas econômicas e seus impactos distintos pelo sexo.

Diversas historiadoras como Sousa (2016), Samara (1997) e Teixeira (2008) mostram que, durante o século XVIII e XIX, as mulheres, além de assumir o trabalho doméstico, mantinham longas jornadas de trabalho na agricultura ou trabalhavam como lavadeiras, operárias fabris, entre outros, mas suas contribuições econômicas permaneceram invisíveis para a maioria dos pensadores econômicos clássicos. A economia feminista, de encontro a isso, questiona a realidade socioeconômica vivenciada pelas mulheres. Para a promoção do bem-estar social, faz-se necessário ter conhecimento claro sobre o funcionamento dessa realidade para que possam ocorrer as transformações que desejamos enquanto sociedade, como a igualdade salarial.

De acordo com Teixeira (2017), a insuficiência de reconhecimento do trabalho das mulheres no âmbito privado tem gerado pesquisas com o propósito de investigar as discriminações e as dissemelhanças salariais como fatores relacionados à própria dinâmica do mercado de trabalho. Sousa (2016) defende que as diferenças no valor dos salários entre os gêneros não têm em si uma explicação biológica, relacionada às diferenças nas habilidades, como força física entre homens e mulheres, mas possui caráter social vigente, pois geralmente as relações familiares são ancoradas em relações patriarcais, em que o homem é responsável pelo sustento da família e a mulher pelos afazeres do lar.

Outra explicação para tal discriminação do trabalho feminino são as imposições sobre quais profissões são adequadas ou não para as mulheres. Tradicionalmente, a mulher poderia trabalhar como professora, secretária ou cuidadora de idosos, mas não como caminhoneira, neurocirurgiã ou piloto de aeronave. Esse preconceito vem do fato de que a mulher não pode ocupar os papéis que são, culturalmente, atribuídos aos homens. Ainda hoje ouvimos falácias que derivam disso, quais sejam: “a mulher é um ser frágil”, “é menos inteligente”, “é irracional” e/ou “é menos produtiva do que o homem”. Tais discursos se perpetuam através dos séculos, reforçando desigualdades a ponto de gerar discussões favoráveis à diminuição do salário feminino.

Tendo em vista o exposto, o presente trabalho procura analisar a representatividade do trabalho feminino na agricultura familiar a partir das experiências vivenciadas por produtoras vinculadas à Feira Ana Primavesi da cidade de Santa Maria<sup>1</sup>, Rio Grande do Sul (RS). O trabalho na agricultura familiar está diretamente vinculado à economia daquela

---

<sup>1</sup> Os agricultores familiares integrantes da Feira Ana Primavesi participam do projeto *Inovação e tecnologias sociais: transformação e criatividade nas experiências populares de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul* apoiado pela Chamada Nº 36/2018 - C - Avaliação de Tecnologia Social e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

região e, portanto, ao desenvolvimento local. Schmitz e Santos (2013) defendem que a divisão sexual do trabalho e a distribuição do trabalho, entre homens e mulheres, existem há muito tempo e em diferentes espaços e sociedades. Entretanto, é na sociedade capitalista e no seu processo de expansão do capital que ela tem maior visibilidade.

Silva, Arantes e Ferreira (2012) destacam que a divisão sexual do trabalho se condiciona ao princípio da separação entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, sendo o trabalho feminino associado à reprodução, ao cuidado com as crianças e com as outras pessoas. Conforme apresenta Hirata e Kergoat (2007), o trabalho das mulheres apresenta uma implicação natural, maternal e, por isso, não recebe a mesma importância hierárquica e de remuneração que os homens. Por consequência, o trabalho do homem tem maior visibilidade, valorização social e econômica.

Isso acaba deixando uma lacuna sobre as estruturas das unidades familiares de produção que formam a abundância de alimentos para a população, como afirma Abramovay (2012). O que é posto a mérito, é justamente a especificidade familiar não só da propriedade, mas também da organização e execução dos trabalhos.

Conforme Schmitz e Santos (2013), o capitalismo e o patriarcado exploram o trabalho das mulheres, porque elas são duas vezes exploradas no mesmo espaço social, tanto no trabalho quanto na vida cotidiana da família. No meio rural, a exploração da mulher é vislumbrada a partir de duas dimensões: na área agrícola, quando na hora da venda do produto seu trabalho não é contabilizado no preço final e também na área doméstica, quando não remunerado e, na maioria das vezes, apenas sob sua atribuição (limpeza, organização, alimentação da família, entre outros serviços).

Cabe ressaltar que o patriarcado é caracterizado como um:

[...] sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (SILVA, 2009, p. 33).

Baseado em Schmitz e Santos (2013), afirma-se que o trabalho feminino na agricultura familiar é considerado como uma “ajuda”, por isso, não é contabilizado nem remunerado, tendo em vista que o homem é, na maioria dos casos, o chefe da família, ou seja, é ele quem tem o poder de tomar as decisões referentes à unidade de produção. Devido a isso, o trabalho realizado pela mulher, muitas vezes, não é reconhecido na perspectiva familiar.

Nesse contexto, diagnostica-se a necessidade de identificar e analisar qual é a representatividade do trabalho feminino na agricultura familiar. Para tanto, é indispensável a compreensão sobre a gestão das propriedades rurais e o trabalho da mulher na agricultura a fim de responder, dentre alguns questionamentos e inquietações, a seguinte questão: “Como estão representados os esforços do trabalho feminino na agricultura familiar no contexto da feira Ana Primavesi?”.

A Feira Ana Primavesi, inaugurada em 27 de setembro de 2017, com sede no campus da Universidade federal de Santa Maria (UFSM), foi a primeira feira composta por produtos totalmente orgânicos no município de Santa Maria – RS. Sua denominação é uma homenagem à engenheira agrônoma Ana Primavesi, que foi uma importante pesquisadora da agroecologia e da agricultura orgânica, responsável por avanços no campo de estudo das ciências do solo em geral, em especial o manejo ecológico do solo.

## 1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.1.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a representatividade do trabalho feminino na agricultura familiar a partir dos relatos de experiências das produtoras vinculadas à Feira Ana Primavesi da cidade de Santa Maria - RS.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, elege-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar as funções sociais e produtivas desempenhadas pelas mulheres à luz dos conceitos da Economia Feminista;
- desenvolver um estudo de caso sobre o trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho na Feira Ana Primavesi (Santa Maria, RS);
- avaliar a representatividade do trabalho feminino na agricultura familiar, como base no contexto específico da Feira Ana Primavesi.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A alta demanda de alimentos na área da agricultura familiar abriu uma oportunidade de estudos em relação à importância do trabalho feminino nas propriedades rurais. Estudos de Brumer (2004), Camarano e Abramovay (1999) e Melo et al. (2005) mostram que, entre as mudanças registradas nas últimas décadas, está o êxodo rural, no qual mulheres jovens têm migrado para municípios maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Esse processo pode ser justificado por fatores ligados às dinâmicas intrafamiliares, a exemplo da sucessão geracional dos estabelecimentos rurais, da divisão sexual do trabalho e da invisibilidade do trabalho feminino. De modo geral, isso acarreta em uma maior masculinização do meio rural brasileiro, o que, por sua vez, reforça a importância de pesquisas nesta área para verificar seus impactos gerados na economia ou como tal processo implica em perda de espaço do trabalho das mulheres.

De maneira complementar, outro fator que justifica o desenvolvimento deste trabalho é a importância de estudar as principais preocupações e as mudanças socioeconômicas que vêm se revelando no meio rural, onde ocorrem muitas transformações que se manifestam nas relações sociais. Nesse contexto, aflora o questionamento sobre a participação feminina no meio rural, a partir da constatação sobre a invisibilidade de seu trabalho e sua inferior participação nos estabelecimentos rurais, especialmente na agricultura familiar.

O trabalho (remunerado ou não) sempre se mostrou como temática relevante de análise da economia feminista, pois é um dos principais focos de reivindicações do movimento de mulheres agricultoras para que as mulheres envolvidas na produção agrícola sejam consideradas produtoras rurais e não mulheres do lar.

Maciazeki-Gomes et al. (2017) afirma que a ideia tradicional de gênero imposta e naturalizada no cotidiano das mulheres passou a ser questionada, inclusive pelo movimento social de produtoras rurais, com o intuito de causar empoderamento e encorajá-las pela busca do direito de ter direitos. Conforme Brumer (2002), a partir dos anos 1980 com a nova Constituição Federal (1998), o Brasil passou a assegurar os direitos das mulheres e a realizar a implantação de políticas públicas voltadas à promoção de igualdade entre homens e mulheres. Exemplo disso é a previdência social rural, a partir do qual as mulheres foram reconhecidas como trabalhadoras rurais.

Para que essa iniciativa fosse tomada, muitas mulheres foram à luta em prol da inclusão das trabalhadoras rurais na economia. Destaca-se, por exemplo, a participação das



mulheres como possíveis beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), especialmente no programa Pronaf-Mulher<sup>2</sup>. Esta ação tem constituído uma forma de reconhecimento das mulheres pelo país em relação a sua situação desprivilegiada diante da sociedade brasileira.

Contudo, conforme Hernandez (2009), além de haver uma lógica determinada de atividades a serem financiadas, existem também outros critérios de ordem estrutural que limitam e fragilizam a participação das mulheres, gerando ainda mais desigualdades nas relações sociais. Tais relações desiguais determinam a hierarquia e a posição do indivíduo na sociedade, definindo o papel, a identidade, as perspectivas e também as relações de poder.

Para Faria (1997), os papéis femininos e masculinos são uma construção da história, visto que se modificam ao longo do tempo. Sabemos que essas relações sofreram profundas transformações nos últimos anos, em grande parte como resultado da organização das mulheres no meio rural e na conquista de espaço nas lides agrícolas e na gestão da atividade agroindustrial.

A fim de compreender [...]a representatividade do trabalho feminino na agricultura familiar, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso com as produtoras participantes da Feira Ana Primavesi da cidade de Santa Maria (RS). A Feira, sediada no campus central da UFSM, é o primeiro empreendimento com produtos totalmente orgânicos em Santa Maria. Inaugurada em 27 de setembro de 2017, teve seu processo iniciado no ano de 2014, quando o grupo de agricultores ainda comercializavam seus produtos em feiras convencionais. Pouco tempo depois, sentiu-se a necessidade de criar um espaço específico que proporcionasse visibilidade a seus produtos. Assim, o grupo buscou apoio da UFSM e recebeu assistência do coletivo de professores, técnicos e alunos da Pró-reitora de Extensão. Atualmente, a feira possui um certificado de produção de orgânicos junto ao Ministério da Agricultura. Os princípios norteadores dos produtos comercializados na feira advêm da agroecologia, campo no qual a agrônoma Ana Primavesi deixou legados que hoje permitem assegurar que é possível produzir alimentos saudáveis.

O orgânico é um processo que começa no solo, que tem a ver com a muda, com a semente, com o manejo, com o que não é modificado geneticamente. É todo um processo de produção saudável e sustentável, sem o uso de químicos, agrotóxicos

---

<sup>2</sup> O Pronaf-Mulher é um financiamento concedido à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil. Quem pode solicitar este financiamento são mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção, que apresentem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida. São aptas a emitir a DAP as entidades cadastradas junto à Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

e de tantos outros produtos que carregam metais pesados em suas composições, ou que estão em solos onde há uma carga de metais pesados ali depositados há muito tempo (HOMRICH, 2018, p. 1).

Cabe destacar que a análise do presente estudo será ancorada em pesquisa bibliográfica, bem como por meio de entrevistas, vídeos, fotos que serão documentados e organizados durante as saídas de campo. A respeito das famílias dos agricultores integrantes da feira, pretende-se dar visibilidade a todas as mulheres produtoras de orgânicos que farão parte desta obra.

Este estudo faz parte de um terreno fértil para a construção coletiva do conhecimento, ao levarmos em consideração as características de como se dá a distribuição dos trabalhos nas propriedades rurais familiares dos integrantes da Feira Ana Primavera. Essa transfiguração necessita de um novo tratamento, que seja menos hierarquizada, fundamentada, nas conexões e redes (CASTELLS, 2005) e que procure respostas que atentem à multidimensionalidade das relações e experiências humanas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho se dá a partir de estudos específicos do campo de Economia Feminista. Segundo Furasté (2016, p. 9), “o referencial teórico trata-se da apresentação do embasamento teórico sobre o qual se fundamentará o trabalho. São os pressupostos que darão suporte à abordagem do trabalho”.

Assim, esta seção se configura como uma contextualização acerca dos temas abordados no decorrer deste trabalho, dividindo-se em três partes. Na primeira parte, apresenta-se os conceitos fundamentais da economia feminista. Na segunda, formula-se reflexões sobre economia, o papel social das mulheres e divisão sexual do trabalho. Por fim, na terceira, comenta-se sobre algumas especificidades referentes à economia agrícola e à agricultura familiar.

### 2.1 ECONOMIA FEMINISTA: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL SOCIAL DAS MULHERES

Simon (2020) afirma que, dificilmente, encontra-se uma única definição para a nomenclatura economia feminista. Esse fato decorre do caráter crítico, das diferentes escolas econômicas e de diversas tradições de feminismos das pesquisadoras. Segundo Bohn et al. (2017), a economia feminista é discernida como uma crítica na Ciência Econômica que carrega consigo a multidisciplinariedade, a questão de gênero e a pluralidade teórica, de maneira a não lidar com interpretações padronizadas/unificadas da realidade.

Conforme Lemos et al. (2019), as economistas feministas procuram questionar conjecturas subjacentes referente a papéis de gênero tradicionais, assim como hierarquias de raça, classe e nacionalidade, apontando para a visão distorcida e masculinizada da economia. Grecco (2019) afirma que a união da análise de gênero aos métodos e as conjunturas tradicionais não são suficientes para as economistas feministas. Assim, são necessários métodos mais precisos quanto às experiências das mulheres, as quais até então não têm recebido a devida atenção, o que também sugere a necessidade de retorizar a Ciência Econômica.

Para Cadó e Furno (2020), a economia feminista defende a ideia de que todo o trabalho tem valor econômico no modo de produção de capital e que ele não precisa

necessariamente estar vinculado à órbita de circulação mercantil. Partindo dessa lógica, assim como outros trabalhos, o doméstico também tem valor econômico.

Segundo Muñoz e Madroño (2011, p. 114):

El estudio de las crisis económicas desde un enfoque de género y, sobre todo, desde la economía feminista, nos permite no sólo analizar los efectos diferenciados que las crisis económicas que se han sucedido en las últimas décadas en varias regiones del mundo o con carácter global, han tenido en mujeres y hombres, sino también complejizar y enriquecer el análisis de las causas de las crisis y sus consecuencias y cuestionar el paradigma macroeconómico ortodoxo predominante en la ciencia económica.

Conforme Teixeira (2017), a economia monetária depende da economia não monetária, pois os salários pagos são insuficientes para manter a gestão do núcleo familiar, ou seja, há famílias que dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico, tendo em vista sua situação pouco abastada.

Lemos et al. (2019) afirmam que o trabalho não remunerado, imprescindível para a sociedade, baliza a participação das mulheres em funções específicas e dificulta a partição igualitária nos espaços historicamente ocupados pelos homens. A invisibilidade do trabalho doméstico nos conceitos econômicos fez também com que a economia não monetária fosse invisibilizada.

Nobre (2002, p. 2) declara que a economia feminista se estrutura em direção a:

[...] tornar visível a contribuição das mulheres à economia. São pesquisas que consideram o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família, e integram a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia.

Em consonância a Orozco (2006), entende-se que a Economia Feminista trata dos questionamentos relacionados à Economia e ao Trabalho, mediante a desconstrução das ramificações que apoiam o pensamento econômico tradicional e a valorização das atividades femininas invisíveis, recuperando a posição de mulheres como agentes econômicos e suas atividades como economicamente significativas. Segundo Bohn et al. (2017), feminizar os agentes econômicos dispensa o foco dos mercados e torna as atividades realizadas no âmbito doméstico economicamente significativas.

A economia feminista procura abarcar todos os campos de estudo da economia e coloca o desafio de enfrentar algumas questões centrais que representem práticas científicas e que incorporem preocupações como o tema da igualdade salarial no mercado de trabalho, a distribuição do trabalho reprodutivo, medidas que ajudem a medir o trabalho doméstico não remunerado, as discriminações que as mulheres enfrentam em estruturas ocupacionais e setoriais segmentadas, questões

desprezadas pela economia predominante. Esse é um dos propósitos da economia feminista: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder e desmistificar a neutralidade da economia tradicional (TEIXEIRA, 2017, p. 19).

Para Bohn et al. (2017), transformar a Economia menos masculina não significa torná-la menos objetiva, pois é uma falácia que mulheres não são racionais ou tão competentes quanto os homens. Em suma, apenas se requer novas visões sobre gênero, valor e conhecimento. Trata-se, assim, de tornar as atividades realizadas na esfera doméstica significativas, considerando todos os tipos trabalhos, e não apenas aquele que é remunerado, o que descentraliza o foco dos mercados.

## 2.2 ECONOMIA, MULHERES E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Segundo Hartmann (2018), a expressão “divisão do trabalho” surgiu devido à incumbência pessoal de cada indivíduo em criar algo e usar com total vantagem, independente da diferença de aptidões e recursos. Essa divisão é elementar nas sociedades e caracteriza o fato de que os seres humanos diferem um dos outros quanto suas habilidades, as quais podem ser conquistadas e aperfeiçoadas ao passar do tempo.

Conforme a obra de Hirata e Kergoat (2007), a definição de divisão sexual do trabalho na França possui dois significados distintos. O primeiro engloba uma acepção sociocrática, em que se estuda a distribuição diferencial entre homens e mulheres no mercado de trabalho e também se analisa como ela se associa a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. O segundo configura-se como demonstração de que essas desigualdades são sistemáticas, o que leva a uma reflexão sobre a partir de quais processos a sociedade emprega essa especificação para classificar as atividades e, por conseguinte, os sexos, de forma a gerar uma esquematização de gênero.

Probst (2003) relata que a inclusão das mulheres no mundo do trabalho segue acompanhada, ao longo dos anos, por um elevado nível de discriminação, tanto pelas qualidades das ocupações em setores formais ou informais, quanto ao que se refere à remuneração desigual de salários entre homens e mulheres. A justificativa do autor é que o homem recebe maior remuneração devido a ele trabalhar e sustentar a mulher. Dessa maneira, a mulher não necessita receber um salário maior ou equivalente ao homem, o que de certo modo é uma ideia ultrapassada, ligada ao machismo e ao patriarcado.

Com base em Biroli (2016), entende-se que, com todas as mudanças que aconteceram nas últimas décadas, as mulheres continuam a destinar mais tempo aos

afazeres domésticos e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa. Ao encontro disso, Paulilo (2003) afirma que o trabalho sempre foi interesse do pensamento feminista, o qual considera as inúmeras atividades realizadas pelas mulheres no lar e nas pequenas propriedades rurais.

Molinier (2009) define o gênero como um elemento célebre para discorrer sobre a identidade no trabalho, sinalizando que este é uma das categorias que mais influenciam a concepção de feminilidade (e também masculinidade) e de identidades sociais. De forma complementar, o estudo realizado por Bezerra e Ferreira (2017) retrata a divisão sexual do trabalho como uma manifestação hierárquica e de poder em que os homens são vistos como superiores e as mulheres como subalternas. A pesquisa referida teve como objetivo analisar como se expressa a divisão sexual do trabalho, ao realizar reflexões sobre a dupla jornada de trabalho e a precarização do trabalho feminino.

Por meio do entendimento de referenciais teóricos que apresentam os principais conceitos relacionados ao trabalho, conclui-se que o trabalho masculino é colocado como superior ao feminino. Quanto a dupla jornada de trabalho feminina, percebe-se que as mulheres estão sobrecarregadas, porque, além de cumprirem sua jornada de trabalho diária em ambientes externos, ao chegarem em casa ainda realizam as atividades do lar.

Probst (2003) descreve que a mulher se dedica tanto quanto o homem em seus ambientes de trabalho e, quando retornam para seus lares, dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, a energia gasta por eles não se aproxima à energia que a mulher tende a gastar. Conforme dados do suplemento *Outras Formas de Trabalho*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgado pelo IBGE, as mulheres dedicaram em 2018, aproximadamente 21 horas semanais com afazeres domésticos e com cuidado de pessoas, o que representa quase o dobro do que os homens gastaram com as mesmas tarefas – 10,9 horas.

O ingresso dessas mulheres no mundo do trabalho não equilibra as funções exercidas por ambos os sexos, pelo contrário, apenas evidencia a tamanha desvantagem vivenciada por elas. Embora exerçam de formas igualitárias as responsabilidades de promover o bem estar financeiro da família, as atividades domésticas e o cuidado com a família continuam a pertencer quase que unicamente a elas.

Sousa (2016) enfatiza que a não consideração das tarefas domésticas como trabalho silenciou e tornou invisível o empenho das mulheres por muito tempo. Isso culminou em relações assimétricas e de poder entre os sexos, em que a mulher adquiria o papel de

responsável por atividades domésticas e criação de seus filhos, e o homem era considerado o provedor e chefe da família.

A perspectiva de gênero propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes. Centra-se no reconhecimento da diversidade de gênero que implica na reconstrução de uma humanidade diversa e democrática (LISBOA, 2010, p. 70).

Conforme estudos de Bezerra e Ferreira (2017), a divisão sexual do trabalho apresenta-se na sociedade capitalista/patriarcal através de relações hierárquicas e de poder, em que homens são considerados seres superiores e as mulheres inferiores. Sob esta perspectiva, as atividades domésticas e o cuidado com a família foram atribuídos às mulheres e, somados às ocupações no mercado de trabalho, conferem a elas dupla jornada de trabalho. Faria (2009) considera que historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico devido à desvalorização do seu papel social.

Nesse sentido, Cunha (2014) afirma que o sistema patriarcal compreende um regime de dominação e subordinação, em que o homem (normalmente o pai representado como patriarca, mantenedor e provedor) ocupa o ponto de centralidade na família. Assim, o ser masculino simboliza a autoridade máxima em sua casa, onde todos inclusive esposas e filhos, devem-lhe obediência, devido ao homem ser o provedor do sustento financeiro da família.

França e Schimanski (2009) evidenciam a sobrecarga de responsabilidades das mulheres em relação aos homens. As mulheres são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com a família, além de suas próprias atividades econômicas. Para Faria (2009), a participação das mulheres – seja no trabalho assalariado ou no trabalho no campo –, não modificou em nada a responsabilidade quase que exclusiva da mulher em realizar os trabalhos domésticos e os cuidados para com a família. O mesmo fenômeno ocorre no setor rural.

Desse modo, a organização das trabalhadoras rurais estimula suas lideranças e a pensar sobre as desigualdades de gênero, bem como a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho no campo. Sales (2007) declara que essas trabalhadoras percebem que suas atividades produtivas exercidas no âmbito famílias têm relevância econômica e não são simplesmente uma ajuda. Inclusive, Paulilo (2003) mostra que as mulheres sempre fizeram parte da classe trabalhadora, mas a construção de uma concepção de universo do trabalho e

das garantias trabalhistas, bem como os direitos universais trazem um olhar masculino do mundo em seus princípios iluministas.

Hobsbawm (2015) relata que os agricultores, os mestres-artesãos e os pequenos comerciantes necessitavam do trabalho das esposas para criar os filhos e auxiliar nos negócios. As mulheres estavam condicionadas a esse duplo trabalho e tinham uma posição de inferioridade e desigualdade em relação à condição social masculina. Nesse sentido, Brumer (2004) afirma que a divisão do trabalho por sexo na agricultura permite concluir que as mulheres ocupam uma posição subordinada e o seu trabalho geralmente se apresenta como ajuda. Além disso, argumenta que:

Em síntese, a posição subordinada das mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos agropecuários é assim evidenciada: as tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como ‘ajuda’; seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores); elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário; elas não administram os recursos originados com a venda da produção (BRUMER, 2004, p. 211).

Para Vidal (2011), há dois exemplos que predominam as análises dos conteúdos que dissertam sobre o trabalho feminino, referindo-se à interdependência e à divisão subalterna. O primeiro está ligado às sociedades rurais menos capitalizadas, ou seja, aquelas que conservam as suas raízes camponesas e tradicionais em seus meios de produção. Nessa perspectiva, sustenta-se a distinção dos trabalhos realizados pelos homens e pelas mulheres. O segundo exemplo é baseado na divisão sexual do trabalho, na qual a figura do homem é quem controla e define os trabalhos que serão realizados pelas mulheres, perpetuando as relações de dependência do trabalho rural feminino ao padrão decidido pelo homem.

Apesar do arrefecimento da migração feminina, as desigualdades ainda marcam a vida das mulheres camponesas. A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram--se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento (BUTTO, 2011, p. 12).

Para Brumer (2004), a divisão sexual do trabalho realizado pelas mulheres na agricultura familiar ocupa uma posição de subordinação, em que o trabalho feminino é desqualificado, apesar das mulheres trabalharem tanto quanto os homens ou executarem as



mesmas tarefas que eles. Em uma pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul, no Rio Grande do Sul, Brumer e Freire (1984, p. 318) verificaram que:

[...] a divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim.

Deere (2004) afirma que o reconhecimento da importância dos direitos das mulheres no meio rural acontece por duas razões geralmente: a) a primeira se dá a partir do argumento produtivista, em que os direitos das mulheres sobre a terra estão agregados ao seu próprio bem estar e de seus filhos, como também com sua produtividade; b) o segundo está associado ao empoderamento que reconhece que os direitos das mulheres são decisivos para aumentar seu poder de barganha para cessar com a subordinação aos homens e, assim, conquistar uma verdadeira igualdade entre homens e mulheres.

De acordo com Hartmann (2018), as mulheres estão conquistando cada vez mais espaços, porque as dificuldades existem, mostrando-nos o quanto o seu trabalho é primordial para o desenvolvimento da sociedade e do setor. A autora salienta que, diante do crescimento da população economicamente ativa feminina, cabe salientar a inserção da mulher no meio rural, trazendo um equilíbrio econômico satisfatório.

Sales (2007) ressalta que o reconhecimento legal das mulheres agricultoras familiares é um grande avanço, mas não basta. Além das leis, é importante realizar um conjunto de ações que possam empoderar essas mulheres, a fazê-las gozar dos direitos conquistados. Para Faria (2009), a autonomia das mulheres trabalhadoras rurais passa também pela requisição de garantias de acesso à terra e pelo usufruto de todas as políticas destinadas ao campo, como a de assistência técnica.

Para Godinho (2004), cabe à esfera pública a responsabilidade de modificar as desigualdades sociais resultantes da assimetria das relações de poder entre os sexos, através de políticas que incorporem a perspectiva de gênero na sua agenda política. Nas palavras de Mesquita (2012):

A participação da mulher ganha um papel muito importante na esfera produtiva isto porque, a tradição artesanal na confecção de produtos, marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho (MESQUITA, 2012, p. 10).

Para Bianchini (2015), a inclusão de gênero na agricultura familiar, bem como o fortalecimento da mão de obra feminina, não somente na produção, mas também na comercialização dos produtos, traz como resultado um apoio econômico regional significativo para o setor agrícola. Além disso, é uma variável potencial para o combate à pobreza e para gerar desenvolvimento na região a qual estão inseridas.

### 2.3 ESPECIFICIDADES DA ECONOMIA AGRÍCOLA E DA AGRICULTURA FAMILIAR

A expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser frequentemente incorporada nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico. Segundo Wanderley (2012), é notório que existe uma dificuldade para definir teoricamente o conceito de agricultura familiar no Brasil.

Para alguns pesquisadores, esse conceito diz respeito aos agricultores familiares que se enquadram na definição adotada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e/ou na Lei nº 11326/06, (BRASIL, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. De acordo com o artigo 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No entanto, para outros autores, são as famílias agricultoras que possuem capacidade de se adaptar às modernas exigências de mercado em relação aos pequenos agricultores. Conforme Schneider (2016), os agricultores familiares se caracterizam de forma social como uma categoria de unidade de trabalho e de produção. De maneira geral, eles trabalham em um pequeno espaço de terra, geralmente de cunho privado, por meio do

qual é retirado o sustento alimentar de sua família, seja para consumo próprio ou para comercialização.

Neste trabalho, adota-se a definição de agricultura familiar com base em Lamarche (1998) e Wanderley (1999). Os autores a definem como aquela que “guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, com o porquê, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Conforme Schneider (2003), estudos de outros autores revelam que a agricultura familiar brasileira é reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é, em sua maioria, composta por explorações em que o trabalho da família assume uma importância decisiva. Dentre estudos relevantes, destaca-se o trabalho de Silva (1999) que evidencia que os agricultores familiares combinam atividades agrícolas e não-agrícolas. O autor constata que os agricultores com essas atividades passaram a ser conhecidos como *part-time farmers*, pois não dedicavam tempo integral de trabalho às atividades agrícolas de seus estabelecimentos.

Silva (1997) ainda relata que a diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro trata das famílias e seus componentes e o segundo trata do estabelecimento rural, considerando o tempo dedicado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agro rurais. Todavia, a pluriatividade se tornou constante nas famílias rurais, considerando o novo ambiente social e econômico.

Brumer (2004) evidencia que dois aspectos podem explicar a divisão do trabalho entre homens e mulheres na agricultura familiar. O primeiro é que a unidade familiar caracteriza-se por reunir esforços de todos para um bem comum, isto é, uma necessária aproximação entre unidade de produção e de consumo. O segundo é quando se atribui ao homem o papel de ser responsável pelo guarnecimento da família.

Assim, ao encontro do segundo aspecto, são as mulheres que realizam tarefas consideradas pelos homens como entediadas e repetitivas. Além disso, são as mulheres que possuem a capacidade de conciliar várias atividades ao mesmo tempo e, devido as suas responsabilidades com o lar, realizam tarefas preferencialmente esporádicas (a ajuda). Spanevello et. al (2016) justifica que o trabalho realizado pelas mulheres na propriedade, em termos de produção, acaba sendo mais selecionado, pois requer execução manual, por exemplo limpeza, colheita dos insumos, processamento, trato e cuidado diário de animais e atividades da horta.

De acordo com Alves (2013), na produção no campo, é habitual o comprometimento de toda a família, inclusive de crianças e idosos, o que também evidencia a importância econômica do trabalho da mulher para a família. Hartmann (2018) defende que, sem a participação ativa das mulheres, as sociedades agrícolas penosamente conquistariam alguma prosperidade, visto sua participação em incontáveis trabalhos, apesar da falta de reconhecimento ou remuneração.

Os estudos de Mourão (2011) e Karam (2004) apontam que a mulher está desenvolvendo um papel significativo na agricultura, de alguma forma, em todos os processos, tanto na lavoura quanto na administração da propriedade, não se restringindo à produção ou à comercialização dos produtos.

Conforme dados do último censo agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil cerca de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, dos quais 3.897.408 foram classificados como sendo de agricultura familiar. Desses três milhões de estabelecimentos agrofamiliares, apenas 769.672 são chefiados por mulheres, ou seja, apenas 19,7% do total dos estabelecimentos têm como líderes mulheres. No Rio Grande do Sul, essa porcentagem é ainda menor, pois corresponde a cerca de 12,1%, ou seja, dos 293.892 estabelecimentos agrofamiliares no estado, apenas 35.851 são chefiados por mulheres.

Faria (2009) relata que a luta por direitos, incluindo a remuneração do trabalho feminino no campo, evidenciou o fato das mulheres participarem de todos os processos produtivos realizados na propriedade, bem como na comercialização das mercadorias. As mulheres, conforme Faria (2009), têm acesso também ao crédito e estão à frente das decisões referentes à produção e ao controle de comercialização.

Mesquita (2012) salienta que a crescente participação da atuação feminina no meio rural é resultado de políticas governamentais, tendo em vista o fortalecimento da participação feminina na comercialização, no gerenciamento dos produtos e das propriedades, mesmo que este seja um âmbito de domínio predominantemente masculino. Nessa perspectiva, Hartmann (2018) afirma que a inserção da mulher na agricultura e, em todas as esferas de atividade, é um panorama que, apesar de tímido, está se desenvolvendo e se tornando cada vez mais ativo e visível economicamente. Ainda assim, por mais que as mulheres ainda sofram com a desigualdade de gêneros, a tendência é de que a sua participação no ramo dos agronegócios seja cada vez maior.

Para Paiva (2016), esses milhões de produtores que compõem a agricultura familiar fazem parte de um setor em expansão de importância significativa para o Brasil. Todos os

anos, esses agricultores movimentam bilhões de reais, produzindo não apenas alimentos para a mesa dos brasileiros, mas contribuindo para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural.

Para evidenciar a importância produtiva e social da agricultura familiar, Deponti e Schneider (2013) asseguram que o desenvolvimento socioeconômico é provocado pelos avanços técnico-científicos, os quais permitem o progresso e o crescimento e favorecem a ideia de modernização. Durante muito tempo, as teorias do desenvolvimento agrícola consideravam que a extensão rural seria o instrumento por excelência de substituição de fatores atrasados e tradicionais por modernas tecnologias.

Grisa e Schneider (2015) expõem que a agricultura familiar sempre esteve próxima das condutas executadas pelo estado brasileiro para a consecução de desenvolvimento, embora sempre mantida em uma situação de fragilidade diante dos interesses que norteiam a construção de desenvolvimento brasileiro. Conforme Silva (2017), a produtividade promovida pela agricultura familiar é de suma importância para a economia do país, mesmo que a produção pecuarista tenha maior influência no Produto Interno Bruto (PIB). A vantagem do setor pecuário deriva de sua especialização, em diversas regiões do Brasil, o que garante elevados níveis de produção e comercialização de produtos, como carne, leite e outros.

Segundo Guilhoto (2007), o setor agropecuário familiar é sempre lembrado de sua importância na geração de empregos e na produção de alimentos, especialmente voltada ao autoconsumo. Além disso, o autor destaca que a produção agrofamiliar, além de redutora do êxodo rural, é fonte de geração de riqueza para o país.

Conforme dados do último censo agropecuário de 2017 do IBGE, há cerca de 17 milhões de pessoas trabalhando no setor agropecuário brasileiro. Dentre esses, mais de 11 milhões e meio de pessoas estão trabalhando no setor agropecuário familiar, ou seja, aproximadamente 66% estão inseridas na agricultura familiar.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo possui caráter descritivo, pois se constitui de um esforço para investigar informações que serviram de base para compreender as funções sociais e produtivas desempenhadas por mulheres no âmbito da agricultura familiar. Esse tipo de pesquisa, conforme Gil (1998) tem como objetivo a descrição das características de determinada população, ou fenômeno, ou ainda de princípios de relações entre as variáveis.

A temática deste trabalho é investigada por meio de uma abordagem qualitativa que propõe descrições ricas e oferece maior grau de flexibilidade para adequar a teoria ao fenômeno. Assim, essa abordagem pode ser caracterizada como uma tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características apresentadas pelo público entrevistado (RICHARDSON, 1999).

Em relação ao delineamento das informações, desenvolve-se um estudo de caso, definido por Gil (1998) como estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira a permitir entendimento mediante os outros delineamentos analisados. Segundo Yin (2006), os estudos de caso caracterizam-se como estratégia mais utilizada, quando os pesquisadores procuram responder questões do tipo “como” e “por que”. Dessa maneira, ao se interpretar a questão central da pesquisa, “Como estão representados os esforços do trabalho feminino na agricultura familiar?”, a utilização do estudo de caso é o mecanismo de pesquisa mais pertinente.

A Feira de Agricultores Familiares Ana Primavesi de Santa Maria, localizada em Santa Maria - RS, é o contexto de estudo deste trabalho, a partir do qual se pretende obter dados referentes à representatividade do trabalho feminino na agricultura familiar. Ao todo, são dez famílias participantes da feira, entretanto apenas seis contêm, em seu núcleo, mulheres que se dedicam à Feira Ana Primavesi.

Dessa forma, a amostra de análise é composta por entrevistas com seis produtoras. A partir dos dados gerados, analisa-se como ocorre a gestão e a organização dos trabalhos em suas propriedades. Além disso, analisa-se dados secundários, disponibilizados por integrantes da Feira, pelo IBGE em plataformas digitais e por outras instituições.

Ressalta-se que os dados primários foram obtidos através de entrevistas com as produtoras, por meio de ligação telefônica, entre o final de outubro e o início de novembro de 2020, com duração média de 30 minutos, devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), tendo como base um roteiro semiestruturado (vide apêndice A). A fim de preservar o anonimato das participantes, utiliza-se a seguinte denominação: Agricultora A,

anos. Convém comentar que os relatos foram transcritos conforme o uso linguístico de cada participante, ou seja, não houve correção de eventuais erros gramaticais.

Em outubro de 2020, respeitando as medidas de isolamento, realizou-se uma visita à Feira Ana Primavesi para dialogar com os coordenadores e os agricultores. Nesta ocasião, registrou-se o espaço de comercialização da Feira em fotografias.

Ademais, cabe frisar que os dados manipulados nesta monografia são vinculados ao projeto intitulado “Inovação e tecnologias sociais: transformação e criatividade nas experiências populares de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul”, apoiado pela Chamada Nº 36/2018 - C - Avaliação de Tecnologia Social e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A proposta do projeto apoiado pelo CNPq é realizar uma análise sobre as tecnologias sociais implementadas por produtores rurais de territórios prioritários nos municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Santa Maria e São Pedro do Sul, Santana do Livramento e Tenente Portela, considerando um conjunto plural e multidimensional de macro-critérios.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO CENTRAL DO RS E A FEIRA ANA PRIMAVESI

De acordo com Garcez et al. (2020), a agropecuária é substancial para o mundo todo, pois a população depende dessa atividade para a obtenção de alimentos consumidos no cotidiano, entre outros. Além do mais, inúmeras pessoas dependem dessa prática para seu sustento, seja de forma direta ou indireta.

Conforme os dados do último Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, o Brasil apresenta um pouco mais de cinco milhões de estabelecimentos agropecuários, dos quais quatro milhões são estabelecimentos agrofamiliares, em uma área de 350 milhões de hectares, cerca de 41,3% da área territorial do país. Não obstante, o estado do Rio Grande do Sul conta com 365.094 unidades agropecuárias, que ocupam área de 21.684.558 de hectares. Em suma, são 293.892 estabelecimentos agrofamiliares, distribuídos em uma extensão territorial de 5.476.463 hectares.

Já a Microrregião de Santa Maria (RS) possui aproximadamente 11.200 estabelecimentos agropecuários, dos quais 8.200 mil estabelecimentos são agrofamiliares, correspondendo a uma área de 201.538 hectares. A evolução das dinâmicas locais e territoriais da agricultura familiar e do desenvolvimento rural vem tomando recortes privilegiados.

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários no RS e Microrregião de Santa Maria (RS)

Variáveis	Região	Sexo do produtor	Tipologia		Total
			Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim	
Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Brasil	Total	1.175.916	3.897.408	5.073.324
		Homens	982.714	3.127.736	4.110.450
		Mulheres	176.403	769.672	946.075
	Rio Grande do Sul	Total	71.202	293.892	365.094
		Homens	61.650	258.041	319.691
		Mulheres	8.082	35.851	43.933
	Microrregião de Santa Maria (RS)	Total	2.974	8.203	11.177
		Homens	2.577	7.015	9.592
		Mulheres	370	1.188	1.558



Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Brasil	Total	270.398.732	80.891.084	351.289.816
		Homens	212.729.140	70.063.640	282.792.780
		Mulheres	19.109.936	10.827.444	29.937.380
	Rio Grande do Sul	Total	16.208.095	5.476.463	21.684.558
		Homens	13.419.327	4.959.876	18.379.203
		Mulheres	1.418.240	516.587	1.934.827
	Microrregião de Santa Maria (RS)	Total	798.995	201.538	1.000.533
		Homens	670.204	178.894	849.098
		Mulheres	83.674	22.644	106.318

Fonte: (IBGE, 2020).

A agricultura familiar vem obtendo gradativamente maior relevância e visibilidade, sendo considerada, cada vez mais, como uma alternativa de produção mais sustentável, tanto ao que se refere ao meio ambiente quanto ao desenvolvimento social. Sobretudo, as feiras livres cumprem um importante papel como instrumento de fortalecimento à agricultura familiar.

A Feira Ana Primavesi configura-se como um espaço de comercialização de produtos totalmente orgânicos. De acordo com o coordenador Prof. Ascísio Pereira, a feira teve início em 2014, quando um grupo de agricultores acompanhados de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), buscaram acolhimento, assistência para a divulgação e comercialização de seus produtos na Pró-Reitoria de Extensão da UFSM.

No ano de 2015, em seu processo de formalização, integrantes da EMATER e da UFSM realizaram visitas às propriedades desses agricultores para promoção de troca de experiências e de conhecimento. Conforme o relato do coordenador da feira, em 2016, sentiu-se a necessidade de elaborar um projeto, com o propósito de possibilitar a criação de uma feira de produtos orgânicos dentro do campus da Universidade.

Para tal fim, seria necessário obter uma certificação dos produtos orgânicos que eram produzidos e comercializados pelos agricultores familiares. No início de 2017, o grupo contou com a certificação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) da Organização de Controle Social (OCS)<sup>4</sup> – Coração Agroecológico. Para obter a certificação de produção orgânica havia dois processos: i) contratação de uma auditoria através do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e ii) auditoria pela OCS Coração Agroecológico. Por meio de visitas coletivas, realizadas em cada

<sup>4</sup> Organização de Controle Social (OCS) é fornecedora de um documento de certificação de produção orgânica participativa. Esse documento contém todos os dados do produtor e da propriedade, incluindo o número de seu cadastro.

propriedade, a OCS inspecionou o tratamento de resíduos, a qualidade da água, as matérias primas, a utilização de compostos, a preservação de produtos, critérios que garantiram a certificação a esses agricultores junto ao MAPA.

Tal certificação garantiu o atestado de produção orgânica desses agricultores, assim como a formação destes na prática de produção desses produtos. Após esse processo, em setembro de 2017, a feira foi inaugurada como não apenas um comércio de produtos orgânicos, mas também um espaço de diálogo, formado pelo seu coletivo em prol da promoção de atividades formativas em agricultura orgânica para agricultores da região Central do RS. Desde então, a constante especialização dos produtores vem possibilitando o aprimoramento e o controle da produção, de forma a respeitar as condições socioambientais de cada uma das propriedades.

Em 2019, para comemorar os dois anos da feira, planejou-se a criação de uma logomarca. De acordo com relato de uma agricultora, o grupo se reunia quinzenalmente para propor ideias para o material visual, até escolherem a atual logomarca que foi criada por uma agricultora em conjunto aos demais integrantes. Quanto aos elementos que compõem a arte, estão presentes os produtos que são comercializados na feira e girassóis que são o símbolo da educação do campo. A partir desse marco, a logomarca passou a ser divulgada como o símbolo da feira em banners, redes sociais, panfletos, etc., representando verdadeiramente os ideais do grupo.

Figura 1 – Logomarca da Feira Ana Primavesi



Fonte: (FEIRA ANA PRIMAVESI, 2019).

Ressalta-se que a feira tem o propósito de viabilizar a produção de alimentos orgânicos e a sua comercialização durante o ano todo, contribuindo para a permanência das famílias no campo e fortalecendo o trabalho conjunto das famílias produtoras de orgânicos

da região Central do RS. Atualmente, existem dez famílias que participam da feira que contam com o apoio da Incubadora Social da UFSM, a fim de desenvolver práticas formativas na produção orgânica para os agricultores da região Central. Conforme relatos das agricultoras entrevistadas, o grupo realiza encontros quinzenais para tratar de algumas questões, como a demanda de novos produtos que os consumidores gostariam de encontrar na feira.

Figura 2 – Comercialização de Produtos na Feira Ana Primavesi



Fonte: a autora (2020).

A feira também se preocupa em levar informações aos seus consumidores e à comunidade em geral sobre utilização de agrotóxicos, práticas de produção orgânica, agroecologia, manejo do solo, entre outros. Através de páginas criadas nas redes sociais (*Facebook* e *Instagram*), gerenciadas pelos próprios feirantes, são divulgadas informações acerca da comercialização dos produtos e de temas de interesse do grupo.

Na feira, além de produtos agrícolas, pode-se encontrar produtos beneficiados (cereais, farinhas, grãos), pães e bolos (de fermentação natural), geleias, sucos, café, entre outros. Os produtos comercializados têm origem orgânica, saudável, de qualidade e respeitam o meio ambiente. Cada feirante comercializa seus produtos com o valor que acredita ser justo.

## 4.2 O TRABALHO FEMININO DESEMPENHADO POR AGRICULTORAS DA FEIRA ANA PRIMAVERESI

O trabalho desempenhado pelas produtoras integrantes da Feira Ana Primavesi está voltado às necessidades de subsistência das famílias que, por sua vez, auxilia também no seu sustento. Para muitas, o trabalho na agricultura advém de sua origem familiar, devido ao fato de ser neta ou filha de agricultores. Entretanto, outras trilharam um caminho diferente, ou seja, viram na agricultura uma escolha alternativa de vida, uma forma de garantir o seu sustento de maneira limpa e sustentável. Algumas dessas mulheres atuam há mais de 20 anos no ramo da agricultura e outras, no entanto, iniciaram a sua trajetória há cerca de dois anos. Apesar das trajetórias diferenciadas de vida, todas partilham da mesma vontade em continuar na agricultura e produzir de maneira sustentável.

A tabela a seguir apresenta o perfil das agricultoras entrevistadas, composto por idade, escolaridade e estado civil. Em suma, a maioria das mulheres concluiu o Ensino Básico e possuem como média de idade 42 anos.

Tabela 2 – O perfil das produtoras entrevistadas integrantes da Feira Ana Primavesi

Identificação	Idade (anos)	Escolaridade	Estado Civil
Agricultora A	65	Pós- Graduação	Divorciada
Agricultora B	34	Ensino Médio Completo	União Estável
Agricultora C	33	Ensino Médio Completo	Solteira
Agricultora D	38	Ensino Fundamental Completo	União Estável
Agricultora E	47	Pós- Graduação	Casada
Agricultora F	34	Pós-Graduação	Solteira

Fonte: a autora (2020).

Nem todas as agricultoras que hoje praticam a produção orgânica iniciaram nesse meio de produção. Apesar da maioria das entrevistadas terem iniciado suas atividades agrícolas a partir de práticas produtivas sustentáveis, as demais colaboradoras passaram pela transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica, na busca por uma alimentação mais saudável e por uma produção consciente, conforme o relato abaixo:

[...] estava buscando uma alimentação mais saudável para mim e para minha família e também sentia-me muito impactada pelas questões do uso de veneno que é colocado na produção dos alimentos, e isso me deixava muito incomodada,

então a motivação maior foi produzir para ter uma alimentação mais saudável, e depois que isso pudesse ser uma alternativa de renda para a família (Agricultora A, 65 anos).

Nas propriedades, que variam entre 2 a 75 hectares, essas produtoras desenvolvem diversas tarefas que englobam desde o preparo da terra a escolha rigorosa das sementes, semeadura, rega, poda, colheita até a comercialização dos produtos. Conforme afirma uma das entrevistadas: “a gente faz [sic] as mudas daqui da propriedade, então eu realizo a semeadura, o cuidado com as sementes, é um trabalho que eu realizo, então aos poucos nós estamos buscando uma autonomia, pois para nós ela é bastante importante, esse trabalho com as sementes crioulas” (Agricultora B, 34 anos). Outros estudos já demonstravam que os trabalhos realizados pelas mulheres nas propriedades são tarefas em sua maioria de execução manual (BRUMER, 2004; SPANEVELLO et. al, 2016).

Das particularidades das atividades desempenhadas por elas, vale citar a variedade de produtos em cada estabelecimento agropecuário. São relevantes, do ponto de vista econômico e produtivo, as lavouras, viveiros, hortas, pomares, apicultura, criação de animais, além da produção artesanal de pães, bolos, geleias, macarrão e afins. Essas mulheres persistem no meio da produção de orgânicos com entusiasmo, apesar do pouco apoio dos órgãos públicos, para a permanência no ramo. Dos órgãos citados como incentivadores estão a EMATER, a UFSM, o CAPA<sup>5</sup>, e a OCS.

É interessante comentar que nenhuma das entrevistadas tem conhecimento sobre órgãos apoiadores das mulheres no campo. Entretanto, elas contam com o incentivo das famílias e dos clientes, para a permanência no ramo, pensando no bem estar e na saúde de todos ao seu redor, além de obterem o apoio formado pelo coletivo das mulheres produtoras da Feira Ana Primavesi.

As entrevistadas participam da feira praticamente desde sua inauguração e descrevem que, após a inserção na feira, sentiram uma grande diferença com relação à valorização dos seus produtos. Os valores monetários que os consumidores pagam por eles não são questionáveis e a gama de consumidores é diferente em relação a outras feiras

---

<sup>5</sup> O Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) é uma organização da sociedade civil, vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com atuação nos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O CAPA tem como proposta a disseminação de práticas econômicas e ecologicamente sustentáveis, entre famílias produtoras rurais, oferecendo alternativas para a permanência no campo. Colocando-se à disposição das agricultoras e dos agricultores familiares para, em conjunto, e com base nos princípios da agroecologia e da cooperação, desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e de realização econômica para todas e todos.

convencionais. Para elas, os ganhos são ainda maiores, quando se trata da parceria firmada dentro da feira, entre agricultores e consumidores.

Figura 3 - O trabalho feminino das produtoras integrantes da Feira Ana Primavesi



Fonte: (FEIRA ANA PRIMAVESI, 2019).

No entanto, a feira contém muitos desafios a serem ultrapassados, a exemplo da dificuldade de ter mais produtores que queiram mudar seu modo de produção convencional para a produção orgânica. Com isso, surge o desafio de se abranger uma maior variedade de produtos. As entrevistadas sentem dificuldades em relação à divulgação da feira e à criação de uma identidade que permita sua visibilidade perante a comunidade, propiciando o crescimento e o empoderamento de seus integrantes.

As palavras que definem os planejamentos que as entrevistadas têm para o futuro são crescimento, desenvolvimento e expansão. Crescer uns com os outros, desenvolver espaços que promovam degustações de produtos, turismo sustentável, cursos, palestras e expandir seu alcance. De acordo com a narrativa de uma entrevistada:

Quero trabalhar com momentos da formação, trabalhar com cursos fora do horário da feira, quero motivar isso, promover palestras, na parte de educação, saúde, voltada para a saúde e não somente no combate a doenças, gostaria de fazer do espaço, um espaço que a gente possa construir uma ideia, e não só um lugar de compra e venda, queremos expandir o que produzimos (Agricultora E, 47 anos).

Quanto à valorização do agricultor, as produtoras relatam que devido à pandemia do novo coronavírus, as pessoas passaram a valorizar mais a produção de alimentos. Essa valorização se dá em relação à importância de se consumir alimentos mais saudáveis, mas esse reconhecimento vem progredindo, quando se trata do reconhecimento dos produtores desses alimentos.

[...] o agricultor ainda é visto como um coitado, por exemplo: esses dias até chegou um senhor aqui da cidade e me falou: que tu capina, ainda mais por causa do orgânico né? - tem esse estigma de capina, que é algo muito atrasado- ele disse que iríamos ficar que nem os colonos, curvados, então ainda ser agricultor ainda não é visto como sucesso, mas acredito que este cenário está mudando aos poucos (Agricultora B, 34 anos).

Todavia, as entrevistadas comentam que sentem que o seu trabalho é valorizado por suas famílias, pelo grupo integrante da feira e pelos seus clientes. A maioria afirma que esse reconhecimento é muito importante, pois acreditam que o valor atribuído ao seu trabalho acaba se proliferando, como o trecho a seguir demonstra: “quando você dá valor ao seu trabalho, você consegue transmitir para o outro” (Agricultora C, 33 anos).

No que se refere à remuneração, as entrevistadas afirmam que recebem um retorno positivo. Apesar disso, o capital ganho na comercialização desses produtos é usado de maneira geral para toda família. As famílias têm uma renda média bruta mensal de aproximadamente R\$ 3.000,00. Embora seja possível realizar essa mensuração, essas produtoras não têm conhecimento preciso do custo de sua mão-de-obra, nem do valor que recebem pelo trabalho que realizam.

Com relação à valorização dos trabalhos realizados entre mulheres e homens no campo, as entrevistadas narram que há maior valorização do trabalho masculino, devido à força física que exercem nas atividades diárias, mas também por parte do contexto social em que estão inseridas. De acordo com uma das entrevistadas,

Ao ver de muitos quem comanda a propriedade é o homem, [...] quando contratamos mão-de-obra terceirizada e tenho que mandar esses trabalhadores realizar alguma atividade - eu ou a minha sogra- eles ficam relutantes em fazer o que você falou, e ficam perguntando pelo CHEFE – o meu esposo no caso – eu digo que aqui não tem chefe. Ou quando as pessoas entram em contato conosco a respeito propriedade ou que se tem pra vender, mas sempre perguntando para o meu esposo, e não para mim, então tem essa questão de machismo de ou talvez tentar diminuir a mulher né, não sei o que passa no pensamento dessas pessoas. (Agricultora D, 38 anos).

Outra participante também corrobora a tese de que os homens são mais valorizados no tocante à execução do trabalho no campo:

Eu acredito que os homens são mais valorizados que as mulheres pelos trabalhos realizados na propriedade porque eles tem essa parte mais física, de certa forma eles acabam sendo mais valorizados pelo esforço físico, pela força, apesar de que a mulher realiza muitos trabalhos dentro de casa, na questão de organização, da comida, de roupa. Ainda que ali na nossa feira a gente sabe que pra [sic] eu e outras agricultoras nós vamos para a horta, vamos para a lida, realizamos as entregas, pegam meio parêlho né, mas a gente tem essa questão da valorização da questão da força (Agricultora F, 34 anos).

O trabalho na agricultura familiar apresenta especificidades que precisam ser levadas em consideração, entre elas as atividades realizadas no circuito familiar em que as relações afetivo-familiares se misturam com as atividades relacionadas à produção agrícola, a qual garante o sustento da família (TEIXEIRA, 2017; LEMOS et al., 2019; NOBRE, 2002; BOHN et al., 2017; FRANÇA e SCHIMANSKI, 2009). Sobretudo em relação à divisão das tarefas na propriedade, a mulher permanece com uma jornada maior de trabalho e continua sendo responsável por dar conta das atividades “dentro e fora de casa”. Essa constatação é confirmada tanto por Biroli (2016), como pelo relato de uma das agricultoras:

Quem dá as condições para a permanência das famílias na propriedade, de fazer um pão, de fazer uma comida, é a mulher, e tudo isso é importante para se ter uma produção, para ter a comercialização do produto final que é só um detalhe de todo um organismo agrícola, mas realmente isso é um papel de consciência assim, não é uma ajuda é um trabalho, por exemplo o trabalho das sementes, que não dá dinheiro por ser muito mais barato você comprar a semente fora, e ele é muito associado ao trabalho da mulher, por exemplo o tomate, eu colho o tomate, depois escolho os tomates mais bonitos e preparo eles pra semente, tudo acontece dentro da cozinha de certa forma, então acaba sendo minha esta função até por que eu também sou responsável pela colheita, então ficou comigo esse papel de escolher as sementes. [...] perguntei para alguns amigos, quem são as pessoas referencias em sementes crioulas para eles, e os mesmos citaram alguns homens, entretanto é a mulher que naturalmente faz esse trabalho, é só tu ir reparando [sic] em qualquer canto ali no sobradinho, e é a mulher que faz esse trabalho crioulo das sementes, mas quando é um homem que faz, ele é uma referência. Este trabalho não é vantajoso economicamente, por outro lado ele é um cerne aqui pra nós, não é por uma questão financeira, por que é muito mais barato comprar as sementes, mas ele valoriza né, por que não é uma coisa tão frequente assim né [sic], então eu me posiciono muito nesse sentido e tento ajudar a outras mulheres, por que é um trabalho (Agricultora B, 34 anos).

Nessa perspectiva, foi possível verificar que os trabalhos desempenhados pelas mulheres são menos reconhecidos, embora as entrevistadas relatem que são valorizadas no contexto familiar e da feira. O relato a seguir demonstra o exposto:

[...] eu passo por diversas situações onde há a diferença, mas eu procuro ter consciência de que no meu meio não aconteça, pois na agricultura orgânica o espaço da mulher é muito mais ampliado, tem um espaço diferenciado, até porque assim, como a comercialização da agricultura orgânica se dá de um modo muito direto com o consumidor, e o consumidor de orgânica gosta muito de conversar, gosta de saber, de perguntar, por exemplo, esse ano a gente produziu ervilha “torta” né, e as pessoas perguntavam “como é que tu faz?” [sic], “como é que tu prepara ela?” (Agricultora B, 34 anos).

Ressalta-se a ocorrência de uma grande discriminação e desvalorização do trabalho feminino perante a sociedade, em todas as esferas do processo produtivo e da comercialização, sendo o trabalho masculino visto como superior em face aos trabalhos femininos (PROBST, 2003; BEZZERA E FERREIRA, 2017; CUNHA, 2014; BRUMER, 2004). Conforme relata uma das entrevistadas: “na outra cidade em que morávamos,



sempre fui eu quem [sic] negociava as coisas, e tinha lugares que recusavam negociar comigo, mandavam que o marido fosse lá” (Agricultora E, 47 anos). Esse tipo de situação também é citada no relato abaixo:

[...] às vezes eu vou pra [sic] cidade resolver alguma coisa, outros homens falam para o meu marido que isso é papel dele e não meu, [...] sempre tento me posicionar no momento que essas práticas machistas acontecem para que isso não ocorra mais. Por exemplo, uma vez chegou um agricultor aqui, e achou estranho o fato de meu esposo estar lavando a louça, que era o trato daquele dia, eu fiz a comida e ele ia lavar a louça, daí ele falou: não cara tu não pode lavar a louça, tu não tem tempo pra lavar a louça, quem tem que lavar a louça é mulher (Agricultora B, 34 anos).

Para descrever o trabalho que realizam, as entrevistadas citam palavras como “autoconhecimento”, “realização”, “felicidade” e “reeducação”, como na narrativa a seguir:

[...] é um processo de autoconhecimento assim, é um alto conhecimento pra mim hoje, você percebe que não existe uma receita, até tem uns livros ali mas não tem receita né, tudo é muito inconstante né dentro da agricultura [...] porque se você planta tomate, você não sabe se vai dar tomate, então como lidar com a frustração de não ter dado tomate? Isso acontece constantemente, você planta, semeia, cuida, coloca todas as sementes na terra e aí você perde todo aquele trabalho desde a colheita da semente - como é lidar com essa frustração? - é um trabalho hoje de autoconhecimento (Agricultora B, 34 anos).

Para além de cansaço, o trabalho apresenta conotação de força de mudança, de transformações de si e de condições de vida. Em conformidade com outro relato, a agricultora D comenta sobre o prazer experienciado em sua jornada:

Eu gosto muito do que eu faço, o que eu sempre digo é que eu gosto muito de acompanhar desde o plantio, o crescimento e a minha felicidade é eu ir colher algo que eu plantei da forma correta e você vê resultado, então e eu sou muito feliz mesmo, graças a esses resultados, adoro esses resultados na verdade (Agricultora D, 38 anos).

A partir de diferentes perspectivas, é possível evidenciar que o exercício do trabalho na vida das mulheres é significativo em relação ao ponto de vista social, econômico e político (MOURÃO, 2011; KARAM, 2004). Esses trabalhos são variáveis em potencial para o combate à pobreza, promovendo desenvolvimento sustentável para a região em que estão inseridas, conforme exposto também na visão de uma das entrevistadas:

Eu gosto muito do meu trabalho, tive bastante dificuldades de encontrar alguma coisa que eu realmente gostasse de fazer e sempre foi uma coisa [sic] que me incomodou muito a forma como era exportada as questões de natureza, nossos recursos, de nossos bens sabe. Então hoje eu sou uma pessoa muito feliz, porque eu sei que a além de fornecer esse alimento estou exercendo uma atividade que contribui com a preservação dessa nossa área pequena, nosso trabalho, é pequenininho, mas eu acho que a nossa parte a gente já tá fazendo [sic], tem uma preocupação bem grande com o uso de plástico nas nossas entregas então várias questões [sic], que a gente vem mudando pra tenta cada vez contribuir mais com

a preservação do nosso planeta, e isso me deixa muito muito satisfeita, além de fornecer comida orgânica pra várias famílias, para além da feira tem as nossas entregas e com mais um dia mais e mais pessoas tenham acesso a esses alimentos (Agricultora F, 34 anos).

Nota-se que a definição do trabalho é controversa. Conforme Gomes (2017), em sua origem, trabalho era considerado como algo negativo, sendo associado a algo tortuoso. No entanto, muitas vezes nos relatos das produtoras, apresenta uma conotação positiva, sendo associado à sensação de bem-estar, conforme visto em vários relatos. As agricultoras buscam por formações profissionais e pessoais, assim, o trabalho exerce a função promotora de autoconhecimento, como podemos verificar na narrativa abaixo:

[...] eu também estudo, faço curso, estou fazendo uma formação agora, que não é uma formação de graduação, mas é uma formação de alto [sic] conhecimento que eu estou buscando pra [sic] mim, então tudo isso pra mim é trabalho, é envolvimento então eu faço um pouco de tudo e faço o que eu gosto de fazer (Agricultora A, 65 anos).

Fica claro que, em suas narrativas, as entrevistadas salientam sua postura de não se acomodar e ir em busca daquilo que acreditam ser o melhor para si, para sua família, para o movimento de mulheres trabalhadoras rurais e para todos os que estão em seu entorno. O reconhecimento dos trabalhos realizados pelas mulheres agricultoras familiares é, sem dúvida, de suma importância, não somente para a garantia de leis que promovam a permanência delas no meio rural, mas também para garantir autonomia, empoderamento e melhorias na qualidade de vida.

## 5 CONCLUSÕES

A partir da análise dos relatos das produtoras da Feira Ana Primavesi, refletiu-se sobre as heranças provenientes da terra, do trabalho e da família. Por meio de estudo bibliográfico, demonstrou-se que a agricultura familiar é um pilar de extrema importância para a economia brasileira, pois promove renda e subsistência às famílias envolvidas. Além disso, essa atividade contribui para a declinação do êxodo rural e para o desenvolvimento de práticas ecologicamente mais equilibradas.

Diante das características analisadas no estudo, ressalta-se a diversificação dos produtos nas propriedades, os quais não utilizam em seus cultivos nenhum tipo de agrotóxicos, resultando em obtenção de alimentos mais saudáveis, o que demonstra ser um diferencial aos agricultores integrantes da Feira Ana Primavesi.

As principais considerações desse grupo de agricultores são norteadas na produção voltada à agroecologia que dissemina as práticas econômicas e ecologicamente sustentáveis. Neste sentido, juntamente a uma gama de clientes e consumidores que possuem preocupação ambiental e o interesse na ingestão de alimentos saudáveis, preservando o meio ambiente, em direção ao caminho da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Em resposta à questão norteadora deste estudo, “Como estão representados os esforços do trabalho feminino na agricultura familiar?”, sustenta-se que há distinção entre os trabalhos realizados pelas mulheres e pelos homens. Nesse contexto, identificou-se que a figura da mulher permanece com uma elevada jornada de trabalho, pois realiza as atividades do lar e mantém o profissionalismo diante de suas produções de alimentos e seus derivados.

A representação das mulheres produtoras rurais integrantes da feira Ana Primavesi, em todas as etapas do processo produtivo até a comercialização, está se tornando cada vez mais visível social e economicamente. Ainda que muitas produtoras sofram com a discriminação, desvalorização e a desigualdade de gênero, a tendência é de que a cada dia essas mulheres driblem com maestria as dificuldades impostas pelo contexto social onde estão inseridas, evidenciando a grande importância do trabalho que realizam.

Por meio deste trabalho, a partir de diferentes perspectivas, evidencia-se que o trabalho dessas mulheres ocupa um lugar de destaque, seja do ponto de vista social, econômico e político. Por fim, o trabalho desempenhado pelas agricultoras da Feira Ana Primavesi, tanto nos tratos culturais, beneficiamento e comercialização da produção são

decisivos na continuidade dessas ações. Ademais, por lutarem por seus ideais em prol da qualidade de vida da sua família e dos consumidores e pela defesa de uma alimentação saudável dos consumidores contribuem para a sustentabilidade do setor agroalimentar.

Como uma das dificuldades encontradas para a realização das entrevistas, cita-se a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) – contexto que atrasou a coleta de dados. Tendo em vista as medidas de distanciamento social, estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), utilizou-se como ferramentas chamadas telefônicas e uma visita presencial dentro dos padrões de distanciamento, para a construção do conhecimento necessário, garantindo a interação entre os entrevistados para o estudo. Acredita-se que uma conversa presencial poderia ter sido mais espontânea e reveladora de outras questões.

Espera-se que, através deste trabalho, proporcione-se a inspiração para pesquisas futuras que versem sobre empoderamento do trabalho feminino no âmbito da agricultura familiar. Recomenda-se o desenvolvimento de outros estudos que possam acompanhar e mostrar o impacto do trabalho desse grupo de agricultoras na região a qual estão inseridas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Hucitec. São Paulo, Brasil, 2012.
- ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Revista Trabalho, educação e saúde**, 2013, p. 271-298.
- BEZERRA, B. D. Z.; FERREIRA, G. H. L. Divisão sexual do trabalho: Rebatimentos da lógica patriarcal na vida das mulheres. **Revista Includere**, v. 3, n. 1. 2017.
- BIANCHINI, G. N. **A política estadual de apoio às agroindústrias familiares de pequeno porte de processamento artesanal na região da quarta colônia de imigração italiana do RS**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2015.
- BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016, p. 719- 681, 2016.
- BOHN, L. et al. **Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180535/348878.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.205-227, 2004.
- BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Revista Sociologias**. Porto Alegre. v. 4, n. 7, jan./jun., p. 50-81, 2002.
- BRUMER, A; FREIRE, N. M. S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, – XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.
- BUTTO, A; DANTAS, I. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: **Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2011, p. 12.
- CADÓ, I. L.; FURNO, J. da C. Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, 2020.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. 1999.
- CARRASCO, C. **Introdução: Para uma economia feminista**. SOS-Sempreviva Organização Feminista, 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CUNHA, B. M. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. **XVI Jornada de iniciação científica de direito da UFPR**. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S. A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. **Revista Ideais**, 2013, v. 7, n. 2. p. 176-213.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Sabato, H. P. M. et al. (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

FARIA, N. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. Coleção Cadernos Sempre Viva.

FEIRA ANA PRIMAVESI. **Logomarca da Feira Ana Primavesi**. Santa Maria, 1 set. 2019. Facebook: Feira Ana Primavesi. Disponível em: <<https://www.facebook.com/feiraprimavesi>>. Acesso em: 31 out. 2020.

FRANÇA, A. L; SCHIMANSKI, É. Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito da família. **Revista Emancipação**, v. 9, n. 1, p. 65-78, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/687>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FURASTE, P. A. **Normas técnicas para o trabalho científico**: explicitação das normas da ABNT e VANCOUVER. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 18 ed. 2016.

GARCEZ, J. C., et al. Análise da qualidade de vida de agricultores familiares: estudo de caso em Três Passos, Rio Grande do Sul (RS). **Nativa, Sinop**, v. 8, n. 4, p. 506-513, jul./ago. 2020.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1988.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: coordenadoria especial da mulher, 2004. 188p. (**Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher**, n. 8).

GOMES, R. D. C. M. et al. **Narrativas de si em movimento uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GRECCO, F. S. et al. **A economia feminista como um campo de análise e ação: um estudo de suas implicações políticas.** Tese (Doutorado em Ciências Política) – Universidade Estadual de Campinas, Porto Alegre, 2019.

GRECCO, F. et al. Por uma ciência econômica feminista, **Revista Temáticas**, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (1993-). Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 1993, v. 26, n. 52, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11701/7016>. Acesso em: 12 mai. 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUILHOTO, J. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (**V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007. Brasília: NEAD. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Carlos\\_Azzoni/publication/4731981\\_A\\_IMPORTANCIA\\_DA\\_AGRICULTURA\\_FAMILIAR\\_NO\\_BRA\\_SIL\\_E\\_EM\\_SEUS\\_ESTADOS/links/0fcfd\\_5089e9a9ec637000000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Azzoni/publication/4731981_A_IMPORTANCIA_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_NO_BRA_SIL_E_EM_SEUS_ESTADOS/links/0fcfd_5089e9a9ec637000000.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2020

HARTMANN, P. dos S. **A presença da mulher no exercício profissional da engenharia agrônoma: uma análise na região das Missões do RS.** 2018. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2316/1/HARTMANN.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009. 248 f. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios: 1875-1914.** Editora Paz e Terra, 2015.

HOMRICH, B. UFSM sedia primeira feira orgânica de Santa Maria. **SEDUFISM**, 25 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.sedufism.org.br/?secao=noticias&id=4869>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. In: **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1. Florianópolis, jan./abr. 2004.

KUIPER, E. et al. (ed.). **Out of the margin: Feminist perspectives on economics.** Psychology Press, 1995.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LEMONS, M. P. et al. **O Trabalho Reprodutivo Sob a Ótica da Economia Feminista.** 2019.

LISBOA, T. K. “Gênero, feminismo e serviço social – Encontros e desencontros ao longo da história da profissão”. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./ jun. 2010.

MACIAZEKI-GOMES, R. C. **Narrativas de si em movimento: uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil**. Porto, Florianópolis: Universidade do Porto, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MESQUITA, G. R. I. **Particularidades do trabalho agrícola da mulher**: revisão da literatura. 2012. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/13830869-Particularidades-do-trabalho-agricola-da-mulher-revisao-da-literatura.html>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

MOLINIER, P.; WELZER-LANG, D. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: HIRATA, H. et. al. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOURÃO, P. **Organizações Produtivas de Mulheres Rurais**. Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura. IICA: São Paulo, jul., 2011.

MUÑOZ, L.; MADROÑO, P. La desigualdade de género en las crisis económicas. In: **Investigaciones Feministas**, v. 2, p. 1135-132, 2011.

NETO, J. Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas, **Agência de notícias IBGE**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefasdomesticas>. Acesso em: 04 dez. 2020.

NOBRE, M. Introdução à economia feminista. **Economia Feminista - SOF**, p. 1–4, 2002. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=24>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

OROZCO, A. P. **Perspectivas feministas en torno a la economía**: el caso de los cuidados. Consejo Económico y Social, 2006.

PAIVA, A. C. C. de et al. Importância socioeconômica e cultural da COOPERVIDA na agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, 2016, v. 10, n.1. p. 37-44.

PAULILO, M. I. et al. **Movimento de mulheres agricultoras**: terra e matrimônio. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p. 15-38.

PROBST, E. R.; RAMOS, P. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação. **Revista Leonardo Pós**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 8, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010>>. Acesso em: 21 set. 2020.

SAMARA, E. de M. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org). **As ideias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX**. São Paulo: Hucitec/CEDHAL/FFLCH-USP/VITAE, 1997, p. 23-61.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. S. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. **Seminário internacional fazendo gênero 10**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371853408\\_ARQ\\_UIVO\\_TextoFazendogenero10.pdf](http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371853408_ARQ_UIVO_TextoFazendogenero10.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Mercados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o Desenvolvimento Rural**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. cap. 4, p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003, p. 99-12.

SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA, V. Divisão sexual e divisão racial do trabalho. In: SILVA, C; ARANTES, R; FERREIRA, V. **Nosso Trabalho Sustenta o Mundo**. 2. ed. Recife: SOS Corpo, 2012, p. 92.

SILVA, J. M. **Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades**. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25-54.

SILVA, J. F. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, n. 1).

SILVA, T. H. S., **A importância da agricultura familiar no semiárido alagoano**. 2017.

SIMON, V. P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia**, 2020, v. 23, n. 1, p. 1-29.

SOUSA, L. P; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30 n. 87, São Paulo, maio/ago., 2016.

SPANVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M.. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 44, 2016.

TEIXEIRA, D. L. P.; DE SOUZA, M. C. AF. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, 1985, 25.4, p. 65-72.

TEIXEIRA, M. O. et al. **Um olhar da economia feminista para as mulheres**: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

TEIXEIRA, M. O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 31-45, 2. sem. 2008.

VIDAL, D. L. Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido brasileiro. In: **Archivos de Zootecnia**, Córdoba, v. 60, n. 232, 2011, p. 1149-1160.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

Este questionário é o instrumento de coleta de dados primários da pesquisa componente do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desenvolvido pela acadêmica Josieli Steinhorst Drabick. Ao respondê-lo, você colabora com a construção de conhecimentos sobre as funções sociais desenvolvidas pelas mulheres na agricultura familiar e, de forma indireta, com o processo de formação da presente acadêmica.

Número:
---------

**1. Há quanto tempo você trabalha com agricultura?**

\_\_\_\_\_.

**2. Por que você começou a trabalhar na agricultura?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3. Há quanto tempo se dedica a produção de alimentos orgânicos?**

\_\_\_\_\_.

**4. Quais foram as motivações para a produção de alimentos orgânicos?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**5. Qual é o tamanho de sua propriedade?**

\_\_\_\_\_.

**6. Quais as principais atividades desenvolvidas por você na propriedade?**

(1) \_\_\_\_\_ (3) \_\_\_\_\_ (5) \_\_\_\_\_

(2) \_\_\_\_\_ (4) \_\_\_\_\_ (6) \_\_\_\_\_  
(7) \_\_\_\_\_ (8) \_\_\_\_\_ (9) \_\_\_\_\_

**7. Quem gerencia as questões burocráticas da sua propriedade?**

\_\_\_\_\_

**8. Quais as principais atividades da propriedade rural em ordem de importância?**

(1) \_\_\_\_\_ (3) \_\_\_\_\_ (5) \_\_\_\_\_  
(2) \_\_\_\_\_ (4) \_\_\_\_\_ (6) \_\_\_\_\_

**9. Qual é o principal órgão de apoio em relação aos incentivos à produção de produtos orgânicos?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**10. Existem incentivos públicos que possibilitem a permanência no meio de produção de produtos orgânicos?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**11. As mulheres agricultoras recebem auxílio de órgãos públicos?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**12. Há quanto tempo participa da feira Ana Primavesi?**

\_\_\_\_\_.

**13. O que mudou depois de sua inserção na Feira Ana Primavesi?**

---

---

---

---

**14. Quais são os principais desafios da Feira Ana Primavesi?**

---

---

---

---

**15. Quais são os planejamentos para o futuro?**

---

---

---

---

**16. Você acredita que há valorização do agricultor nos dias atuais?**

---

---

---

---

**17. Você acredita que o seu trabalho realizado na propriedade é valorizado?**

---

---

---

---

**18. Você recebe remuneração adequada por seu trabalho?**

---

---

---

---

**19. Você acredita que os homens são mais valorizados do que as mulheres pelos trabalhos realizados na propriedade?**

---

---

---

---

**20. De maneira geral como você descreve seu trabalho?**

---

---

---

---

**Perfil dos entrevistados:**

**21. Sexo:**

Masculino.

1.2  Feminino.

**22. Idade: \_\_\_\_\_ anos.**

**23. Estado Civil:**

Solteiro(a).

Viúvo(a).

União estável.

Casado(a).

Divorciado(a).

**24. Seu maior nível de escolaridade:**

Ensino Médio.

Graduação.

Mestrado.

Curso Técnico.

Especialização.

Doutorado.

**25. Qual é a renda média bruta mensal da família? \_\_\_\_\_**

**MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!**